



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

Melo
[Handwritten signature]

ACTA Nº 6

No dia vinte e nove de Setembro de dois mil e vinte e dois pelas vinte e uma horas no Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Minjoelho, sito na rua D. Florinda Martins da Silveira, 1 - Tomar, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória.

Presidiu à sessão a sr^a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelo 1º Secretário António Francisco Tavares Martins, ambos eleitos pelo PS.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes todos os membros da assembleia de freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita bem como os membros da Junta de Freguesia, com a exceção da vogal Sara Costa.

Pelo Partido CHEGA – Américo José Gomes Assunção

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – Teresa Maria Ribeiro da Fonseca Ramos.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, Cristina Alexandra Duarte Brito Alves, António Joaquim Lopes Ferreirinha, Joaquim Dias Palricas, Miguel José Costa Coelho Rodrigues.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Sílvia Catarina Henriques de Sousa, João Miguel Marques Jesuíno e Daniel José da Conceição Oliveira .

Consigna-se que o membro da assembleia João Miguel Marques Jesuíno ingressou na sessão com algum tempo de atraso, mais precisamente após a votação da 1ª Moção, motivo pelo qual não participou nessa votação, tendo apresentado à Mesa justificação para o atraso que foi aceite (encontrar-se de serviço no exercício da sua actividade profissional de emergência médica).

No início da sessão a Presidente da Mesa dirigiu cumprimentos ao público presente e agradeceu à Direcção da Associação pelo acolhimento do evento nas respectivas instalações. Seguidamente questionou se alguma das pessoas que ocupavam os lugares do público pretendia intervir, tendo-se registado duas inscrições para o efeito.

Assim, o sr. Paulo Melo referindo-se às obras realizadas em Casal de Frades pela E-Redes afirmou que esta empresa abriu uma vala que com as chuvas abateu e tem vindo a transformar-se num buraco cada vez maior. Depois referiu-se às grelhas de escoamento das traseiras da Rua Amorim Rosa, sobre as quais já intervieram na sessão anterior e sobre este assunto relatou que em 3 de Agosto colocou uma questão no

portal camarário tendo-lhe sido respondido que as grelhas seriam colocadas com brevidade e que o assunto fora dado como respondido, “resolvido”, apesar de até hoje não terem sido recolocadas as grelhas, motivo pelo qual questionou qual o conceito de brevidade que estaria em causa.



Seguidamente interveio Mónica Cardoso dizendo que habita na Travessa N.º Sr.ª da Piedade desde Maio de 2021 e que surgiu um grave problema com um vizinho que vedou o terreno envolvente à sua casa dizendo-se dono desse terreno, sendo que aquele integrou na área vedada o próprio caminho de acesso à casa como se este fizesse parte do terreno de que ele se arroga proprietário, provocando assim o estrangulamento do acesso à casa, que deixou de poder fazer-se de carro. Terminou dizendo “vim aqui pedir ajuda”.

Dada a palavra ao Presidente da Junta para se pronunciar sobre estes assuntos, disse: em relação a Casal de Frades já chamei a atenção da empresa Santos e Cordeiro Lda, que abriu a vala, e enviei um email para a Câmara para que a situação fosse resolvida. Quanto às grelhas, a Câmara já deveria ter resolvido o problema, tanto mais que algumas delas têm vindo a desaparecer.

Sobre a questão colocada por Mónica Cardoso disse tratar-se de uma Travessa que não tem saída. Que a Junta de Freguesia tem vindo a aplicar tout-venant nessa Travessa e que esta estava mesmo em previsão para ser alcatroada. Apareceu agora um senhor que se diz dono daquilo pelo que a seu ver a única solução será o Tribunal, tendo informado que já emitiu uma declaração considerando aquilo como espaço público.

No PAOD – Período Antes da Ordem do Dia:

Usou da palavra Alexandre Horta (PSD) que começou por felicitar a Presidente da Mesa por ter concretizado esta descentralização, sugerindo também que as sessões venham a ser transmitidas on-line.

Referindo-se à moção “Limpeza da cidade” disse que esta tinha dois objectivos: no imediato que a cidade seja limpa; no médio prazo que a competência nesta área seja transferida para a Junta, assumindo esta total responsabilidade pela limpeza da cidade.

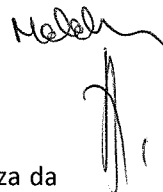
Interveio em seguida Rui Bugalhão (PS) dizendo que o seu grupo comunga das preocupações do PSD, embora deva ter-se em conta que a situação actual se agudizou por estarmos num período de maior afluência de pessoas. Quanto à transferência de competências disse que essa é uma luta que já vem de longe, de há muitos anos.

Passando-se então à votação, foi a MOÇÃO – “Limpeza da Cidade”, apresentada pelo grupo do PSD aprovada por unanimidade dos presentes (12 votos a favor).

Usando novamente da palavra para se referir à segunda Moção – “Associações de Minjoelho” Alexandre Horta (PSD) realçou o excelente trabalho desenvolvido pelas Associações do concelho e concretamente por esta e para que o público ficasse inteirado do seu conteúdo solicitou à sua colega de bancada Cristina Alves (PSD) que procedesse à sua leitura em voz alta, o que esta fez.

Em seguida Rui Bugalhão (PS) declarou que o seu grupo votaria a favor não obstante interpretar isto como demagogia política, ou seja, que a Moção não pode ser justificada pelo facto de estarmos aqui hoje pois não pode deixar de contar-se com as outras associações.

Submetida a votação foi esta moção aprovada por unanimidade de todos os presentes (13).



Ainda no PAOD interveio Américo Assunção (Chega) congratulando-se por já ter sido feita a limpeza da área da cidade – Casal de Frades – a que se reportava a moção apresentada na sessão anterior pelo seu colega de bancada. Tendo afirmado que a limpeza foi feita sete dias depois da apresentação da moção perguntou se a Junta tinha concluído ser competência sua proceder à limpeza ou se o fizera como benemérita da Câmara.

Depois interveio Joaquim Palricas (PSD) que após afirmar que tinha havido alterações do plano com reforço da obra de Casal de Frades questionou se a obra seria para realizar desde já ou mais tarde, quando houver eleições.

Dada a palavra ao Presidente da Junta este afirmou que têm sido feitas grandes intervenções (de limpeza) tanto na zona exterior da cidade como também no interior desta. Que é feito um mapa da execução dos trabalhos, estando tudo registado, mas é impossível estar tudo limpo a todo o tempo. “Mesmo no interior da cidade fazemos muitas vezes limpezas porque há reclamações e as pessoas pensam que é à Junta que compete”. Disse ainda que o grupo do PSD enviou para a Câmara um email com fotografias de uma rua supostamente da cidade com falta de limpeza, que não conseguira identificar pelas fotografias.

Sobre a obra de Casal de Frades disse que a obra é para avançar uma vez que foram ultrapassadas as divergências que tinham surgido entre os técnicos do projecto.

Em resposta a Américo Assunção (Chega) disse que a intervenção a que ele se referira foi feita pela Câmara Municipal, na Rua Paulo Oliveira.

Pedi então a palavra Joaquim Palricas (PSD) para dizer que o seu grupo tem conhecimento de que um senhor vereador do PSD enviara o dito email para a Câmara mas que este assunto não é para aqui

No Período da **Ordem do dia**:

1- Análise, Discussão e Aprovação da ata da última sessão.

Submetida a votação, a ata foi aprovada por unanimidade dos membros que participaram na sessão anterior e abstenção dos restantes.

2- Análise, Discussão e Votação da Proposta para a 3.ª Alteração Orçamental Modificativa do ano de 2022.

Dada inicialmente a palavra ao Tesoureiro da Junta, José Marques, este explicou que a Câmara vai pagar à Junta uma verba relativa à Festa Templária e que não existia rubrica específica para a inscrever. E que a outra alteração decorre do acréscimo de IMI que vai ser recebido e que será afectado essencialmente a reforço da rubrica de electricidade.

Usando da palavra Alexandre Horta (PSD) disse estranhar que a verba destinada a gasóleo seja mais reforçada do que a de electricidade quando a execução actual vai em 30% para o gasóleo e em 48% para a electricidade, pelo que aparentemente melhor se justificaria que o reforço fosse o inverso.

Submetido a votação foi este documento aprovado por 7 votos a favor (PS e CDS) e 6 votos contra (PSD e Chega).



3- Análise, Discussão e Votação do Regulamento de Atividades Diversas.

Joaquim Palricas (PSD) começou por dizer que este Regulamento volta aqui depois de ter sido retirado na sessão de Dezembro, acrescentando “estranhamos ter havido consulta pública”, gostaríamos de saber quanto custou e quais as sugestões que foram recebidas; consta que foi aprovado na reunião ordinária de 10 de Janeiro, mas essa sessão foi extraordinária. Por último referiu que o próprio documento não refere ter sido submetido a consulta pública, o que só por si constitui uma irregularidade.

Dada a palavra ao Presidente da Junta este afirmou terem sido cumpridas todas as formalidades.

Alexandre Horta (PSD) disse então que não foi a bancada do PSD que teve a iniciativa de retirar o documento mas sim a do PS. Quanto aos custos da publicação o Tesoureiro José Maria informou que a mesma custou cerca de 70 euros e que desconhecia se foram ou não recebidas sugestões, uma vez que esse assunto estava a ser conduzido pela Sara Costa, que hoje não está presente.

Submetido a votação foi este documento aprovado por 7 votos a favor (PS e CDS) e 6 abstenções (PSD e Chega) com a seguinte **declaração de voto**: *O grupo do PSD decidiu abster-se na votação do ponto 3 da Ordem de Trabalhos, porquanto se considera que a aplicabilidade e implementação do regulamento se mostram duvidosas, designadamente no que tange a apresentação de elementos válidos que permitam o exercício das actividades em causa*

Da leitura e análise do regulamento afigura-se que será possível o exercício de uma actividade que, em si, se mostra ilícita, por falta de cumprimento dos normativos legais, para tanto, exigidos.

Acresce ainda que da leitura do regulamento, não consta a menção de ter sido ou não objecto de consulta pública, o que configura, em nossa opinião, um vício formal.

4- Análise, Discussão e Votação do Regulamento de Apoio a Situações de Emergência Social.

Joaquim Palricas (PSD) afirmou que este documento sofre dos mesmos vícios que o anterior. Foi a consulta pública, o que era desnecessário. A consulta pública constitui um atestado de incompetência à Comissão aqui nomeada. Do documento não consta ter sido submetido a consulta pública. Quanto ao conteúdo, foi melhorado. Urgência Social e Emergência social são coisas diferentes, a emergência requer resposta imediata. Acrescentou: o que existe hoje é o Fundo de Emergência Social, que é capital, dinheiro. Terminou dizendo que este documento deveria ser mais objectivo.

Sílvia Sousa (PS) no uso da palavra disse que por ser um regulamento externo é obrigatória a sua publicação e portanto também a consulta pública. Se se tratasse de um regulamento interno é que não seriam necessárias a consulta pública e a publicação. Relativamente ao conteúdo disse terem sido recebidos na Comissão e introduzidos diversos contributos no texto de apoio que foi enviado à Junta. Relativamente ao comentário do anterior orador Joaquim Palricas (PSD) disse que aquele vinha hoje outra vez com o mesmo discurso ao pôr em causa o trabalho da Comissão, o que interpretava como má fé.

Joaquim Palricas (PSD) pediu a palavra para afirmar que não há má fé, trata-se de uma aprendizagem que se vai fazendo.

Sílvia Sousa (PS) intervindo de novo disse que assim estamos mais uma vez a pôr em causa o trabalho da Comissão e das pessoas que dela fizeram parte e que quanto ao evoluir estamos de acordo. E que a sua afirmação anterior fora só no sentido de que não podemos andar aqui continuamente a pôr em causa o trabalho e os contributos das Comissões.

Interveio ainda Teresa Ramos (CDS) para esclarecer que relativamente aos pontos 14 e 15 do Regulamento o membro da Comissão Joaquim Palricas pretendia que fossem retirados, mas a maioria dos membros acedeu a alterá-los substancialmente na redacção que ficou.

Submetido a votação foi este documento aprovado com a seguinte votação: 8 votos a favor (PS, CDS e Chega) e 5 abstenções (PSD), com a seguinte **Declaração de voto**: *O Deputado eleito pelo Partido CHEGA tomou a decisão de votar a favor à proposta para o regulamento de apoio a situações de vulnerabilidade e exclusão social.*

Consideramos que este regulamento vai no encontro da nossa política de apoio em situações de vulnerabilidade e exclusão social.

Os serviços sociais da freguesia devem colaborar no apoio a famílias carenciadas e na ajuda a idosos, seja no seu transporte, fornecimento de medicamentos e nas pequenas reparações domésticas.

Para nós é imperativo dar resposta às famílias que vivam em verdadeira carência económica, social ou habitacional, com a ressalva que devem ser bem identificadas, para não se correr o risco de atribuir ajudas a quem não necessita. Ou seja, não serem prejudicadas, como num passado recente, em detrimento de outros que têm os seus rendimentos não declarados e não pagam impostos e que recebem ajudas de todo o género.

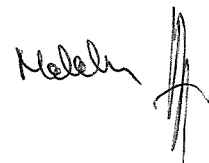
5- Apreciação e Discussão da Informação escrita do Presidente da Junta:

Joaquim Palricas (PSD) comentou alguns pontos da Informação, designadamente na página 1 - que a execução da despesa é bastante inferior à execução da receita; no capítulo das Representações manifestou estranheza pelo facto de não ser mencionado que a Junta se fez representar pelo Secretário João Martins no evento para que foi convidada pela Associação de Dadores Benévolos de Sangue; relativamente ao ponto mencionado a 16 de Junho - Noite de Fados em parceria com a Associação Amigos do Fado e Câmara Municipal – questionou: com que intuito? Gerou verbas? Afirmando ainda que este ponto teria sido não consensual dentro da Junta. Quanto à Junta Anima (pag. 7) questionou: correu bem? Comentou ainda que a execução terá ficado muito aquém dos objectivos.

Alexandre Horta (PSD) relativamente ao capítulo “outros trabalhos” referidos na página 2 em que a dado passo vem mencionado o recurso a um cilindro questionou: este cilindro é da Junta?

Relativamente às reuniões e visitas de trabalho referidas na página 5, no ponto em que é referida uma deslocação com o técnico da Tejoambiente questionou se a impossibilidade foi também verificada junto à associação de Valdonas.

Sobre o encaminhamento das 28 situações para atribuição de cabazes perguntou como se garante que não há duplicação. E finalmente sobre o arraial de S. João questionou quais as verbas geradas e como foram distribuídas.



Dada a palavra ao Presidente da Junta este esclareceu que a representação pelo Secretário ocorreu porque o Presidente não pode estar em todo o lado.

A Presidente da Mesa da Assembleia interrompeu para esclarecer que a questão suscitada é não ter sido mencionado no documento que a Junta esteve representada na Associação de Dadores Benévolos, não estando em causa se foi pelo Presidente ou pelo Secretário.

Retomando então a palavra e a respeito da Noite de Fados o Presidente da Junta disse que o único problema que existiu foi com o acerto da data, acabando por prevalecer a data indicada pela Junta.

Neste momento Joaquim Palricas (PSD) pediu a palavra e no uso dela leu um extracto da acta em que consta que o Secretário manifestou estranheza pelo facto de o evento se ter realizado.

Retomando novamente a palavra o Presidente da Junta afirmou que a Junt'Anima foi um sucesso, apesar de ter havido algum receio inicial dos pais. Acabou por ser um êxito, pois na última semana por exemplo participaram mais de 70 crianças.

Passando então a palavra ao Tesoureiro da Junta (José Marques) este esclareceu que a verba gasta com a iniciativa foi de 9.600 euros.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Junta esclareceu que o cilindro foi alugado pela Junta e que trabalhou não só na Rua da Cabine mas também na Rua do Sobreiro; e que a associação de Valdonas não vai ser contemplada com saneamento.

Disse ainda que com o arraial de S. João a Junta só teve que pagar a iluminação e o transporte e refeições do rancho folclórico.

Finalmente quanto à atribuição de cabazes disse que tudo é controlado minuciosamente em mapas, apenas sendo excluída dessa informação os dados pessoais sigilosos.

6- Outros Assuntos

Alexandre Horta (PSD) referiu ter saído em fins de Agosto a Portaria de classificação da Barragem do Carril, tendo aquela passado do grupo 4 para o grupo 3 e com isso passado a admitir na sua gestão a intervenção de entidades públicas locais. Perguntou então se a Junta já foi contactada e em caso negativo o que tenciona fazer.

Quanto à obra de intervenção da Água das Maias perguntou o que já foi executado.

A propósito do Bairro do Colégio perguntou qual o estatuto da Junta nesse bairro.

Sugeriu por último que seja feito um apelo à Resitejo por haver muitos ecoponto por esvaziar, dando como exemplo o de Valdonas.

Dada a palavra ao Presidente da Junta este informou que na Barragem do Carril a Junta melhorou os acessos com uma máquina, pois aqueles estavam muito danificados pelos veículos de transporte de eucaliptos.



Disse ainda que recebeu um email da Direcção Geral dos Recursos Hídricos. E informou que pouco depois de ser eleita a comissão de gestão da barragem houve graves desentendimentos entre os seus membros, que quase chegaram à agressão física, pelo que foi tudo por água abaixo. Acrescentou que não vão ser as Juntas confinantes com a barragem e com os terrenos de regadio que irão assumir a responsabilidade pelos custos.

Quanto à obra da rua Água das Maias informou que se prevê para 15 de Outubro o arranque da 1ª fase, com um custo de 68.000 euros + IVA. Daí que o acesso estará cortado durante o mês de Novembro.

Quanto ao Bairro do Colégio informou que aquele não está debaixo da alçada de nenhuma instituição. O bairro foi construído pela família dos proprietários do Colégio Nun'Alvares, a sociedade Lopes Correia Lda.

Existe um documento que autoriza a Junta a gerir as admissões e saídas de utilizadores das casas, mas sendo destes a responsabilidade de conservarem os prédios. Não há transmissões de pais para filhos. Disse ainda que nem a Câmara nem a Junta vão assumir aquilo.

Sobre a Resitejo disse que ainda há pouco fez ele próprio uma fiscalização pelos pontos de depósito do lixo e concluiu que também há muita falta de civismo, pois muito lixo é colocado fora dos contentores mesmo quando estes não estão cheios.

Alexandre Horta (PSD) pediu ainda outros esclarecimentos sobre o Bairro do Colégio que foram prestados pelo Presidente da Junta.

A propósito deste bairro Teresa Ramos (CDS) questionou se haveria possibilidade de se fazer para ali um Regulamento, ao que o Presidente da Junta respondeu que o tal documento não dá poderes para isso.

João Jesuíno (PS) interveio sobre a barragem para fazer notar que a área regada está sobretudo nas freguesias de S. Pedro e Serra/Junceira, pelo que é aí que o PSD deve fazer força.

Rui Bugalhão (PS) sobre o mesmo tema acrescentou que estando o PSD representado na assembleia municipal era também a partir daí que a sua bancada deveria fazer força.

O Presidente da Junta pediu ainda a palavra para dizer que a Junta tem o cuidado de apoiar todas as associações da freguesia no aspecto logístico e não só no aspecto financeiro.

Informou também que uma escola, a EB1JI de Carvalhos de Figueiredo, estava há 10 anos a aguardar um novo telhado com aplicação de telha onduline, material este que se encontrava depositado há muito tempo na FAI mas a Câmara não fazia a aplicação por falta de mão de obra. Daí que a Junta tenha assumido a execução da obra com o seu pessoal, estando a mesma quase concluída.

O Tesoureiro, José Maria, informou a assembleia de que a APP (aplicação) da Junta pela qual há um tempo seria necessário pagar 15 mil euros está agora disponível, a custo zero.

Rui Bugalhão (PS) pediu ainda a palavra para em nome da sua bancada agradecer o acolhimento proporcionado pela associação de Minjoelho, deixando o convite para que os seus membros compareçam e estejam presentes a futuras reuniões deste órgão autárquico designadamente nas realizadas na sede.

Expressou também os parabéns ao executivo por ter organizado mais um vez do Passeio do Idoso.

Antes de encerrar a sessão a Presidente da Mesa da Assembleia dirigiu palavras de agradecimento à Direcção da Associação e também ao público presente por se ter aqui deslocado.

Nada mais havendo a tratar deu-se a reunião por encerrada cerca das vinte e três horas e cinquenta, da qual para constar foi lavrada a presente acta que vai ser assinada.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,



O 1º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,

